

# Revolução



PORTA-VOZ DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO — BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

ANO I / N.º 9 / 26 DE JULHO DE 1974 / PREÇO 2\$50 / SEMANAL

## EDITORIAL

### O SECTARISMO

Após o 25 de Abril, floresceram as organizações que até aí não existiam ou poucas mostras tinham dado de combate ao fascismo. Organizações à direita que mostram o esforço da burguesia a organizar-se e organizações à esquerda, que têm mostrado um sectarismo, que muitas vezes tem mais a ver com uma igreja ou um clube, do que com um partido.

Uma organização que se diz marxista e leninista terá como tarefas, por um lado, uma análise da situação sob o ponto de vista materialista dialéctico e por outro a organização do proletariado. Ora o que nós vemos é que a análise da situação actual não se faz a maior parte das vezes, citando-se a propósito apenas textos dos autores clássicos (Marx, Lenine, Mao), que se referem a países e situações bem diferentes. Esses textos são evocados, lidos, citados de cor, como se duma nova bíblia se tratasse. E a propósito das situações, abre-se o livro sagrado e o versículo que aparece passa a adaptar-se à vontade do leitor... Pensamos que isto nada tem a ver com materialismo, mas que tem muito a ver com o espírito religioso que ainda existe entre nós, herança de muitos séculos.

E aquilo que se passa em relação a um pensamento sobre a realidade, passa-se em relação à organização. A organização de cada um passa a ser a eleita, a única, a verdadeira. Já não se evoca o dedo de Deus, mas evoca-se o dedo do Povo (palavra vaga e abstracta), que passa a apontar, a eleger, a dizer: Ai estão os salvadores!

A organização auto-elege-se a ÚNICA e tudo o resto passa a ser escumalha. Isto a maior parte das vezes é ridículo. Outras vezes torna-se perigoso e pode ser mistificador para o proletariado. Os militantes ou activistas comportam-se como adeptos duma igreja ou dum clube (conforme a ideologia é mais ou menos liberalizante) e tudo fazem para que a sua igreja ou o seu clube inchem e brilhem. Os objectivos revolucionários ficam postos de lado, esquecidos, perante o trabalho da organização pela organização. Enchem-se as paredes e os papéis com propaganda da organização como se isso continha matéria revolucionária.

Ser da organização A ou da organização B como se é do Benfica ou dos filhos de Jeová, nada tem a ver nem com o materialismo nem com a revolução proletária.

Durante muitos anos uma única organização comunista habituou as pessoas a considerá-la como a única, a verdadeira, a autêntica, sem

Continua pág. 2

## MASSACRES EM LUANDA QUEM SÃO OS RESPONSÁVEIS?

Artur Fonte, de passagem em Lisboa, vindo de Luanda comunica aos jornalistas as suas impressões e observações recolhidas neste importante período de 11 a 19 de Julho em que esta cidade assistiu estupefacta a uma onda de violência desencadeada pelo racismo branco.

São vários os documentos que põe à nossa disposição. Listas das vítimas dos massacres, com a sua identificação, elaboradas pela Liga Nacional Africana e por grupos formados nos bairros. Nestas listas o número de vítimas ultrapassa largamente as duzentas, havendo cerca de 50 mortos identificados, entre eles várias crianças. Fotografias ilustram a repressão exercida sobre as massas africanas, ou apanhadas desprevenidas pelos racistas brancos em fúria, ou manifestando-se nas ruas de Luanda contra as chacinhas.

Artur Fonte — Quando cheguei a Lisboa li num jornal alemão que as "dificuldades" que está a haver em Luanda — o "terror em Luanda" — "tem como única razão as rivalidades entre grupos terroristas, MPLA e FNLA, que são a base de tudo o que está a acontecer". ISSO É UMA MENTIRA COMPLETA! Eu queria sublinhar bem esse facto.

Vocês sabem bem que os acontecimentos que se passaram depois do dia 10 e do dia 15, não foram iniciados nem praticados por africanos, nem por elementos do MPLA, e FNLA que trabalham em Luanda. O taxista que morreu no

não ouviram nenhum tiro. Por outro lado, está provado que os habitantes deste bairro não tinham à sua disposição armas de fogo.

Os acontecimentos que se passaram nesta mesma noite de 11

população sobre factos que se passaram logo após o aparecimento do taxista morto.

Nesse mesmo dia 11 foram estabelecidos contactos, por um lado com o Governador Geral, por outro com o Comando Chefe das Forças Armadas de Angola, no sentido de serem tomadas medidas de segurança no Cazenga, para proteger as populações de possíveis represálias dos racistas brancos, nessa mesma noite.

Recolhemos um depoimento de uma assistente social que trabalha no musseque do Cazenga: "No sábado dia 13 fui falar com o Governador Geral juntamente com outras pessoas, para perguntarmos quais eram as medidas de segurança que o Governador ia determinar para proteger as populações negras do Cazenga, visto que os comerciantes ainda lá se encontravam e continuavam com os seus massacres. Disse-nos que já lá tinham ido mais grupos falar com ele, pelos mesmos motivos, inclusive na própria quinta-feira, e que ele tinha falado com o General Franco Pinheiro, no sentido de ele mandar patrulhas de polícias e militares, no entanto essas patrulhas vieram a manifestar-se

Continua pág. 3



Soldados negros, em Luanda, manifestam a sua determinação de não voltarem as armas contra o povo angolano, o povo negro dos musseques

musseque Cazenga na noite do dia 10, é pouco provável que tenha sido morto por habitantes do musseque. Os habitantes deste bairro,

causaram mortos e causaram feridos.

Vou agora dar-vos alguns testemunhos recolhidos entre a

### REACÇÃO DOS JORNAIS DIÁRIOS A MULTA DO "REVOLUÇÃO"

No número anterior do "Revolução", esta nota foi publicada com uma gralha, o que pode ter levado à sua não compreensão. Devido a isso tornamos a publicá-la na íntegra:

Tal como escrevemos no nosso comunicado, enviámo-lo a todos os jornais diários, acompanhado da carta do Director-Geral da Informação e dum recorte do artigo visado pela multa. Curiosamente, os jornais "Diário de Lisboa", "Diário Popular", "Século" e "Diário de Notícias" só transcrevem a carta. Do nosso documento, nada. Ontem como hoje, sempre do lado do poder... Não terão os leitores direito à informação do outro lado? Ou escolhe a redacção o que lhe convém?

### PRP-BR NA TELEVISÃO

Na próxima sexta-feira dia 2 às 20 h. e 25 m., o nosso partido participará numa mesa redonda sobre problemas económicos, transmitida no programa "Movimentos políticos e economia".

### APPLIED:

## FUGA DO ADMINISTRADOR PARA O HOTEL SHERATON

(ENTREVISTA COM UM OPERÁRIO)

Que pensas de vocês terem deixado partir o administrador para o hotel?

— Penso que nós nunca devíamos ter deixado fugir o administrador. Por um lado a comissão não tinha qualquer documento assinado e nós também não tínhamos nenhum em nosso poder. Fizemos mal e a comissão também procedeu mal neste momento. Por outro lado, dados os graves problemas que estão a suceder agora é chato deixar o tipo ficar no hotel Sheraton. Eu acho que não é justo, ele nunca devia ter fugido, devia ter regressado à fábrica.

Porque é que vocês, a massa

dos trabalhadores, deixaram partir o tipo?

— Porque os indivíduos da comissão o deixaram partir. Mas nós não o devíamos ter feito. A comissão até aqui tem estado sempre a proceder bem.

Na próxima assembleia de trabalhadores estão dispostos a criticar esta atitude da comissão?

— Quanto a mim estou disposto a criticar isso e a levantar alguns problemas, entre os quais este agora do hotel.

Quais as vantagens que vias se vocês tivessem ficado com o administrador na fábrica?

— Eram mais possibilidades para nós de tentarmos resolver o

problema; porque o tínhamos connosco ele tinha de sujeitar-se a lá ficar até se resolver o problema. Ficar no hotel não quer dizer nada, pois o tipo da comissão não vai lá ficar dia e noite. E ficar com o passaporte também não quer dizer nada pois ele pode ter mais de um passaporte, e pode também ir para a embaixada americana e lá ninguém lhe pode tocar.

Que achas que vocês devem fazer agora?

— Acho que a malta dever ir toda para o hotel Sheraton e fazer piquetes para evitar a fuga do tipo. Mas continuo a pensar que a melhor maneira de fazer era levar o gajo para a fábrica.

### NESTE NÚMERO:

- O OPORTUNISMO DOS REFORMISTAS (pág. 3)
- MANIFESTAÇÃO EM LISBOA CONTRA OS MASSACRES (pág. 3)
- TRABALHADORES EM LUTA (págs. 4 e 5)
- DESEMPREGO: PERNA COXA DO CAPITALISMO (pág. 7)
- ENTREVISTA COM "AVANGUARDIA OPERÁRIA" (pág. 8)

### OUTRAS NOTÍCIAS SOBRE A APPLIED

Pág. 4



## EDITORIAL

Continuação da pág.

discutirem, sem se interrogarem, sem terem uma atitude de dúvida e de discussão realmente comunista. Esta atitude era a correspondente nos comunistas à que existia nos católicos.

Quando a reflexão e a história do movimento operário levaram a uma ruptura com o passado, as alternativas que surgiram transformaram-se a pouco e pouco em Igreja de substituição. É assim que encontramos em alguns opositores ao P. C. o mesmo sectarismo, o mesmo oportunismo e, o que é terrível, o mesmo reformismo, pois que nos seus programas deixamos de encontrar objectivos revolucionários para passarmos a encontrar a luta por reformas.

Este espírito de selta conduz naturalmente a que os grupos se fechem sobre si próprios.

Num espírito marxista, cada situação deve ser analisada como sendo realmente nova e não uma repetição do passado. E as soluções serão novas e não repetições de soluções passadas.

O modelo de organização não pode ser a cópia fiel das outras épocas. Perante uma nova situação económica, política e social e numa nova época, o proletariado terá de encontrar formas de organização diferentes do passado. Cabe às organizações revolucionárias analisar a situação, procurar soluções orgânicas; impulsionar a organização do proletariado, a partir da base, numa unidade revolucionária, contra o capitalismo e contra o colonialismo. E não lhes cabe angariar adeptos para competir com a organização do lado. Pobre competição! O processo revolucionário passará bem sem ela.

## “AVANGUARDIA OPERARIA”

etapa estabilizada necessária para chegar à etapa seguinte que é a tomada do poder pelo proletariado. Isto é um problema que só existe na cabeça de algumas pessoas em termos idealistas. Para nós a revolução socialista está na ordem do dia. Mas isto não quer dizer renunciar à luta de conquistas parciais para defender conquistas democráticas no quadro da democracia burguesa que enfraqueçam o poder e a estrutura desse mesmo poder burguês.

— Qual é a vossa posição em relação ao internacionalismo proletário?

— A nossa posição em relação ao internacionalismo proletário é dum total convicção sobre a necessidade de desenvolver concretamente ao mais alto nível possível o internacionalismo proletário, no sentido de que a nossa concepção da revolução é uma concepção da revolução mundial. Mas isto nada tem a ver com a revolução simultânea. Concretamente nós pensamos que há certas coisas a precisar: internacionalismo proletário não significa comprometer-se em caricaturas da Internacional Comunista. Nós pensamos que como objectivo fundamental em cada país deve ser a construção do partido revolucionário do proletariado. O objectivo ao nível internacional deve ser a construção de uma internacional revolucionária do proletariado, mas enquanto que produto do processo real da luta de classes e da construção do partido

“Dizemos que Galiza é uma nação porque nela dão-se todas as condições exigidas para que uma comunidade de homens constitua uma nação. Somos uma unidade étnica, linguística, cultural, geográfica, económica. Somos, portanto, uma nação... Uma nação pode estar dividida em dois estados (Vietnam, Coreia, Alemanha), ou então um estado pode estar integrado por várias nações reconhecidas, livres e autodeterminadas (União Soviética, Jugoslávia). O Caso de Galiza é o de uma nação anexada (historicamente pela força) a um estado chamado Espanha que não reconhece a sua existência e exerce contra ela um imperialismo e um colonialismo secular, do mesmo modo que o faz contra Euzkadi (País Basco) e Catalunha. Nós não pretendemos nem queremos que Galiza seja uma nação. Galiza já é uma nação.”

“O nosso programa não é uma síntese de nacionalismo e socialismo. Somos nacionalistas porque somos revolucionários. O nosso socialismo pressupõe o nacionalismo. Mas do mesmo modo e dada a especial contextura da nação galega, o nosso nacionalismo só é possível como socialismo. Por esta razão estamos com os povos que lutam pela libertação em todo o mundo. O internacionalismo proletário é um princípio fundamental do nosso nacionalismo e condenamos os que, evocando o marxismo, atraíam diariamente o internacionalismo.”

NO PRÓXIMO NÚMERO PUBLICAREMOS UMA LONGA ENTREVISTA COM CAMARADAS DA U.P.G. (UNION DO POBO GALEGO)



Os muros da região galaico-duriense encontram-se cobertos com inscrições da Union do Pobo Galego

em cada país. Pensamos não estar na fase da construção da internacional comunista, mas estamos na fase da construção do partido revolucionário em cada país, mas mesmo assim, fase não muito avançada. Isto não quer dizer que não haja tarefas internacionalistas para desenvolver desde agora. E em variados campos: no campo de relações, de debate e de colaboração política com diferentes forças revolucionárias. E aspectos práticos e imediatos no que concerne ao trabalho de mobilização, de agitação, propaganda e de solidariedade com a luta deste ou daquele país, ou do povo oprimido.

— Já avançaste alguns pontos sobre a construção da organização operária. Podes avançar mais pontos?

— A construção do partido não é qualquer coisa que se realize sobre a mesa, mas uma coisa bem definida que se realiza fazendo progredir a luta de classes. Nós pensamos que o partido revolucionário é o partido da vanguarda do proletariado e não um partido dum vanguarda para o proletariado. Deve ser constituído política e fisicamente também pela vanguarda do proletariado e das classes exploradas, oprimidas. Isto está estreitamente ligado a uma concepção da construção do partido que é uma construção ao vivo da luta de classes.

— Qual é a vossa concepção sobre a tomada do poder: no sentido da tomada do poder por um partido, ou pela organização autónoma operária?

— Para nós, a tomada do poder é a instauração do poder do proletariado e seus aliados enquanto que classe e organizada para a destruição do poder burguês e pela

instauração da ditadura do proletariado e pelo desenvolvimento do socialismo.

— Qual é a vossa posição em relação à ditadura do proletariado?

— Penso que não depende de uma fórmula mágica, mas é preciso compreender que toda a experiência histórica mostra a necessidade de praticar no campo do desenvolvimento real do processo, esta concepção teórica da ditadura do proletariado, no sentido que a análise de classe, hoje como na época de Marx, leva à conclusão que na relação das classes sociais o papel do proletariado é um papel central por toda uma série de características de classe e de relações entre outras classes. A ditadura do proletariado, quer dizer, o poder popular, é um poder que não é exercido somente pelo proletariado, mas é um poder dirigido por esta classe e que existe até à realização do socialismo que comporta a extinção de classes.

— Qual é a vossa opinião sobre o papel da violência?

— A violência é a forma que assume necessariamente a luta de classes. Não há nenhum processo histórico de passagem do poder de uma classe para outra que se consiga pelos meios da razão. A destruição do poder burguês é necessariamente a destruição violenta do poder burguês. Mas há todo um problema de formas de violência. Mas há que não fetichizar a violência.

Deve-se dizer que a ideologia proletária não é uma ideologia de vingança e sangrenta. A violência deve ser uma forma política de classe com critérios políticos no sentido que os efeitos de uma acção violenta avaliam-se pelos resultados políticos dessa acção que

são determinados por cada etapa da evolução da luta de classes.

Mesmo a questão da luta armada põe-se concretamente quando a luta armada é a forma necessária que deve assumir a luta de classes. Há várias etapas da luta armada nos vários graus de desenvolvimento do processo revolucionário.

## O PARAÍSO DA DEMOCRACIA BURGUESA

Só 52% dos franceses fazem férias. Os outros 48% ficam em casa. Eis um número que mostra as delícias da democracia burguesa. Este é o resultado dum inquérito levado a cabo pela agência Interopinion destinado à revista “Express”.

País desenvolvido e “rico”, a França só dá possibilidades de férias a metade da população. Embora num grau de desenvolvimento económico muito superior ao do nosso país e com muitos recursos materiais, a França, como país capitalista que é, beneficia somente alguns.

Para quem quer que Portugal se transforme numa democracia burguesa, aí estão esses números. Para aqueles que como nós têm como objectivo o socialismo, o que se visa é uma sociedade que proporcionará férias para todos, mesmo que inicialmente tenha que ser menos para cada um.

## PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

Comunicamos aos nossos leitores que só publicaremos cartas se nos for dada a identificação do autor, por uma questão de responsabilização.

CAMARADAS:

Soube ontem da multa que o “Revolução” sofreu. Era inevitável que um jornal como o do P.R.P., que defende verdadeiramente os interesses das classes trabalhadoras e apoia numa perspectiva revolucionária a luta dos povos irmãos das colónias, fosse alvo, mais dias enos dia, da nova lei de imprensa que só serve e defende a burguesia.

Não é contra os atentados à liberdade da imprensa dos operários e camponeses que os partidos revisionistas se insurgem, mas sim contra a luta revolucionária das classes trabalhadoras. Outra coisa não seria de esperar daqueles que traíndo descaradamente a classe operária, buscam apoio na pequena e média burguesia, defendendo objectivamente os seus interesses.

Não sei avaliar quais as dificuldades que esta acção repressiva pode vir a trazer ao aproveitamento de algumas das possibilidades legais de luta que o “Revolução” vinha a desenvolver. Estou no entanto firmemente convencido de que não serão acções deste género que poderão vir a contrariar o desenvolvimento da luta pela Revolução Socialista.

Por isso, por ser meu desejo que a Revolução Socialista seja um dia uma realidade em Portugal, venho oferecer-vos toda a minha colaboração para uma participação activa na luta do P.R.P.

CAMARADAS:

Tenho lido sempre de uma ponta à outra todos os números do “Revolução”, que é sem dúvida o melhor jornal ao serviço dos trabalhadores e de todos aqueles que se consideram verdadeiramente revolucionários.

Até aqui tenho conseguido sempre comprá-lo num sítio ou noutra, mas, como a tal liberdade que houve a seguir ao 25 de Abril tem vindo a desaparecer rapidamente à medida que o poder se consolida, e como já temos uma lei de imprensa que é o que se sabe, e como vocês já falaram em desferrujar umas máquinas que para lá têm, e como não se sabe o que é que o futuro nos reserva, resolvi assinar o “Revolução” para ter a certeza de que posso continuar a lê-lo todas as semanas.

Tenho 22 anos, sou funcionária pública e para já, mesmo depois do anunciado “aumento”, só posso fazer uma assinatura por 6 meses, o que é pena.

PS — Acabo de saber que o “Revolução” já foi multado. Mais tarde ou mais cedo isto acontecia. Claro que podem contar com o meu apoio e a minha total solidariedade. Concretamente não sei bem de que forma dar esse apoio, mas vocês não sabem e, se as dificuldades começam agora, sempre que for necessário, quero que saibam que podem contar comigo.



## Revolução

### MASSACRES EM LUANDA

Continuação pág. 1

insuficientes e não conseguiram segurar os taxistas e comerciantes agressores. No entanto que fôssemos sossegadas porque seriam tomadas medidas no sentido de evitar quaisquer actos de violência. Seriam enviadas forças policiais e militares para o Cazenga.

Nós dissemos-lhe que era inconveniente que a protecção fosse feita por polícias uma vez que estes na quinta e sexta-feira tinham pactuado com os assassinos. A população tinha-lhes um ódio tão grande que não interessava que eles fossem para lá. Por isso as forças de protecção deveriam ser militares, se possível negros em maioria, para que a população se sentisse mais segura...

Artur Fonte — Como se vê o Governo Geral estava não só informado como pressionado no sentido de proteger eficazmente a população negra, tal como o Comando Chefe na pessoa do capitão Tapadinha.

Testemunho: (gravação obtida em Luanda) "No dia 11 apareceu morto o taxista, gerou-se o burburinho na cidade, manifestação dos taxistas com ida ao Governo Geral. Eram duas horas da tarde quando me vieram dizer que havia de correr sangue por Luanda. Os taxistas, comerciantes, camionistas andavam a dizer que haviam de matar, de mutilar. Pensei, resolvi procurar alguns camaradas, não os encontrei e então fui procurar um advogado, o Dr. Albertino de Almeida, não o encontrei. Fui procurar outras pessoas estava tudo a trabalhar. Voltei à casa do Dr. Albertino de Almeida, eram 17 h. e 30 m., ele telefonou para o Comando Chefe das Forças Armadas e pediu uma entrevista urgentíssima, levantaram algumas objecções que ele não aceitou. Dirigimo-nos ao Comando com mais duas pessoas tendo sido recebidos pelo Capitão Tapadinha. Pedimos, suplicámos que enviasse um reforço de tropa para o musseque, pois o massacre

estava eminente..."

Artur Fonte — Nenhuma medida foram tomadas; nessa mesma noite, dia 11, taxistas, camionistas, logistas, racistas brancos às centenas invadiram o musseque.

Na imprensa oficial dizia-se que houve sete mortos, mas durante o enterro, muitas mulheres negras dos musseques perguntavam, gritavam "onde estão os nossos mortos, onde estão os desaparecidos?"

Quer dizer estes números não estavam certos, correspondiam apenas a dois Hospitais, tinha havido mais mortos noutros sítios da cidade.

No dia 18 estava eu na Liga Nacional Africana e vi chegar mulheres dizendo: "Meu marido não está em casa...", "Meu filho desapareceu..."

Na minha ideia os responsáveis têm que ser encontrados. Nas autoridades que não tomaram medidas; nos brancos que fizeram estas acções terroristas, e continuam a fazer. Na manhã do dia 19, antes de vir para Portugal, ainda ouvi tiros. Houve também reacções posteriores de africanos de certos bairros, acções contra os logistas que participaram nos massacres, os quais foram obrigados a ir embora destes bairros, algumas lojas foram incendiadas e destruídas; estes factos deram-se em vários bairros de Luanda praticados por grupos de ex-presos comuns, um deles denominado Santocan.

Nenhum testemunho branco ou negro existe a afirmar que tenham sido guerrilheiros dos movimentos de libertação a praticá-los. O que não impede que determinadas pessoas com responsabilidade digam que isto é o início da guerrilha urbana. Não é!

Tive possibilidade de contactar com elementos do MPLA, os quais declararam que as acções praticadas por grupos de "piratas" em Luanda não têm nada que ver com

a organização do MPLA. O momento de guerrilha urbana ainda não chegou.

É ainda de salientar que o MPLA fez apelos pela rádio (emissora Brazaville) à calma das populações africanas, aconselhando-as a não se envolverem em actos de violência. Isto pode ser confirmado por muitas pessoas em Luanda, brancos e negros e está de acordo com os testemunhos que já antes tínhamos tido com militantes do MPLA que sempre se declararam antiracistas. Racistas mostraram-se os brancos, taxistas e outros que no próprio dia 11 em manifestação junto do Governo Geral, exibiram as suas armas, prometendo desde logo utilizá-las contra as populações civis negras. Isto aconteceu e as autoridades portuguesas não fizeram nada para os desarmar.

Em contrapartida, as tropas africanas puseram ao comando chefe a alternativa ou de serem desmobilizadas ou irem defender a população dos musseques, sendo-lhes para isso entregues armas, uma vez que algum tempo antes lhas tinham retirado.

Jornalista — Os militares africanos quando se dirigiam ao Comando Geral, iam desarmados por iniciativa própria, ou já estavam desarmados antes destes recentes acontecimentos?

Artur Fonte — O regime de Caetano procurava divulgar no estrangeiro a ideia que as tropas colonialistas incluíam milícias africanas, porque havia uma adesão das populações ao regime que as dominava. Ora os africanos são coagidos a incorporar-se no exército colonialista contra os seus irmãos. Claro que nós conhecemos os flechas que se mantêm em quadrados nos "comandos" ou por dinheiro, ou por uma formação que lhes é dada nas casernas, que nada tem a ver com os seus interesses de africanos.

Mas a maior parte é capaz de defender os seus irmãos. Veja-se uma fotografia, que mostra a cerca de um quartel de forças militares negras onde está escrito "NÃO A TRAIÇÃO AO NOSSO POVO".

## O OPORTUNISMO DOS REFORMISTAS ADAPTA-SE A TODAS AS SITUAÇÕES

Despertou a nossa atenção um artigo do "Avante", cuja leitura não pode deixar de nos indignar. Intitula-se ele "Avelino Gonçalves: a isenção de um ministro comunista", no qual se faz o elogio do ministro em questão.

### O QUE DIZEM AGORA...

E diz a certa altura: "Formado o Governo Provisório numa altura de múltiplas lutas reivindicativas, muitas delas atingindo formas superiores, como a greve da Carris de Lisboa e a da Panificação".

### E O QUE DIZIAM ANTES

Formas superiores... Mas estamos todos lembrados de como foram tratadas as greves da Carris e da Panificação exactamente pelo PC e pelo Governo Provisório, que as apodaram de serem manobras pela reacção e por grupos de agitadores.

Da revista "Flama (que de certo não será acusada de ultra-esquerdista) transcrevemos um comentário a essas greves:

"As interpretações não se fizeram tardar. O Sindicato acusou os patrões de serem os fomentadores da greve, como pretexto para aumentar o preço do pão. O Governo, numa nota distribuída, referiu-se a um grupo de indivíduos que se deslocavam de estabelecimento em estabelecimento para impedir os padeiros de fabricar pão. O Partido Comunista fez sua a acusação do Sindicato, acrescentando-lhe manobras de "reconhecidos elementos fascistas anteriormente alojados no Sindicato e ainda, para facilitar estas "manobras", a "acção de grupos e grupelhos aventureiros", que utilizam "uma fraseologia de esquerda". — Posição semelhante foi tomada relativamente à origem da greve da Carris."

### O QUE DIZEM AGORA...

Mas o atrevimento vai longe de mais. O jornal "Avante" diz a seguir:

E quase semelhante foi o caso dos CTT, dos Metalúrgicos, que fica como um importante marco na melhoria das condições de vida da maioria dos trabalhadores. E ainda: Muitos outros diferendos foram solucionados por intermédio do ministro Avelino Gonçalves, que esteve sempre de maneira inequívoca, ao lado dos trabalhadores nas suas justas reivindicações.

### O QUE DIZIAM ANTES

Temos na frente o comunicado do PCP a respeito da greve dos CTT. Diz ele a certa altura: O PCP sente igualmente ser seu dever alertar os trabalhadores dos

CTT para as manobras daqueles que explorando com as justas aspirações dos trabalhadores, avançam reivindicações demagógicas e irrealistas (como a das 35 horas semanais) porque incompatíveis com as condições actuais da economia nacional.

O seu objectivo está à vista: lançar os trabalhadores contra o Governo Provisório e fomentar um clima de descontentamento e de revolta, que só à reacção e ao fascismo aproveitam. E mais adiante: A DORL do PCP alerta os trabalhadores contra aqueles que, a pretexto de reivindicações económicas, visam objectivos políticos muito transparentes. E sublinha que em caso nenhum a luta pelas reivindicações económicas deve brigar ou pôr em risco a conquista das liberdades democráticas, do direito à greve e da liberdade sindical, alcançadas após o 25 de Abril.

Estamos aliás todos lembrados da guerra desenfreada que foi movida contra a greve dos CTT, chegando a CDE a fazer cartazes contra a greve, servindo o "Diário de Lisboa" de porta-voz de acusações infames sem fundamento, em artigos dos críticos Mário Vieira de Carvalho e Castrim, em que a insinuação de que a greve é manobrada pela CIA escorrega a cada momento.

### O QUE DIZEM OS TRABALHADORES

São aliás os próprios trabalhadores dos CTT que concluem no seu comunicado de suspensão da greve: — ligado a isto, a situação se deteriorava pois, paralelamente, organizações como o PCP e outras a ele afecto, como a CDE, bem como um Grémio de Comerciantes, no caso de Viseu, utilizando as mais diversas manobras e lançando uma caluniosa campanha contra a nossa luta, tanto através das suas organizações como nos ramos de informação, têm movido diversos sectores da população contra nós, entre os quais outros trabalhadores, chegando mesmo à organização em muitos pontos do país de manifestações insultuosas e violentas contra as instalações e contra os trabalhadores dos CTT e provocando assim uma situação de divisão entre os trabalhadores que só aos sectores reaccionários pode aproveitar.

É de restó a pedido do Governo Provisório que o Estado Maior do Exército ameaça ocupar os CTT.

Quem é que o jornal "Avante" procura enganar? Passará atestado de parvos a todos os trabalhadores? Ou julga que a pouco e pouco nos esquecemos, e que ao fim e ao cabo o PCP ainda consegue recuperar e ficar numa posição inversa da que tomou? Atitudes como esta são indignantes.

## MANIFESTAÇÃO CONTRA OS MASSACRES

Em comunicado distribuído aos órgãos de informação o PRP-BR apelou para a participação na manifestação anti-colonial que se realizou no dia 18, com concentração no Rossio. Esta enorme manifestação que englobou cerca de 10 000 pessoas deslocou-se do Rossio a São Bento e tinha como principal objectivo protestar contra os recentes massacres de Luanda.

A sua organização foi unitária, participando nela várias organizações: CICS (Comités para a independência imediata e incondicional das colónias), CBS, LCI, LUAR, PRP-BR, NEIP, PS e GAPS (Grupo Autónomo do Partido Socialista).

Das convocatórias para a manifestação transcrevemos algumas, a que temos acesso:

### O QUE DIZEM AS CBS: "O COLONIALISMO E O RACISMO CONTINUAM"

"Reaccionários e colonialistas brancos desencadearam desde há dias uma série de golpes de mão que provocaram dezenas de mortos e centenas de feridos.

O colonialismo considera Angola o seu último reduto. Enquanto as autoridades portuguesas se preparam para reconhecer a República da Guiné-Bissau ad-

mitindo assim a situação de facto existente, essas mesmas autoridades desenvolvem uma política que visa manter a todo o custo a ligação de Angola a Portugal. Costa Gomes afirma estar convencido de que Angola deseja ficar unida a Portugal."

### "CONTRA OS MASSACRES COLONIALISTAS" — ESCRIVEM OS NEIP

"Com efeito o medo que a média e a pequena burguesia locais têm de perder os seus privilégios e o seu papel de exploradores de grandes massas trabalhadoras das colónias, aliada à permanência em órgãos de chefia e nos pontos chave da informação pública de pessoas ligadas ao grande capital, permite a divulgação de ideias profundamente racistas, e levam a que essas camadas pequeno e médio burguesas exerçam acções violentas e represálias e massacres na população trabalhadora negra dos musseques."

### A LCI DIZ NÃO À BARBÁRIE

"Perante todos estes crimes, os operários, trabalhadores, soldados e marinheiros e estudantes não podem ficar indiferentes. Devem mostrar a sua vontade de combater o colonialismo, a barbárie im-

perialista, a política da J.S.N., do Governo Provisório e a cumplicidade e silêncio dos ministros do PCP e PS que se calam perante os massacres de Luanda para não comprometer os seus lugares nos ministérios, a sua política de colaboração com os banqueiros e industriais."

### "OS POVOS DAS COLÓNIAS SABERÃO ENCONTRAR A RESPOSTA" — ESCRIVE A LUAR

"LUAR chama a atenção dos trabalhadores, estudantes e todos os progressistas para a situação que o colonialismo português está a criar nos territórios africanos ainda sob o seu domínio. Os povos das colónias com os seus legítimos representantes, o MPLA, o PAIGC, a FRELIMO, o MLSTP saberão encontrar a resposta justa aos massacres de que estão sendo alvos."

Perante o colonialismo desenfreado, perante as manobras neo-colonialistas que tendem a arrastar a guerra, perante a traição daqueles que antes se diziam pela independência imediata, a unidade revolucionária dos povos das colónias e das organizações portuguesas consequentes pode ser uma barreira firme que corte passo à reacção.

DIRECTOR INTERINO: Isabel do Carmo  
 REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Rua Gil Vicente, lote A, r/c. — PAREDE  
 Telefone: 2475051 das 18 às 20 horas  
 Impressão e Composição:  
 Mirandela & C.ª — Rua Victor Cordon, 27-1.º — Lisboa  
 Distribuição  
 Distribuidora "O Século"  
 Rua de "O Século", 41 a 63 — Lisboa



# LUTA DOS TRABALHADORES

## APPLIED MAGNETICS: DO DESPEDIMENTO DE 116 OPERARIAS A DECLARAÇÃO DE FALÊNCIA

A luta dos trabalhadores da Applied Magnetics (Portugal) Lda. atingiu na terça-feira passada uma nova fase, com a comunicação da falência da empresa feita à Comissão de Trabalhadores, nesse dia de manhã pelo administrador americano Cecil Fraser.

Utilizando a mesma tática até aí seguida, a administração continuou durante os últimos dias da semana passada, e já esta semana, a manter uma atitude de total intransigência diante das reivindicações dos trabalhadores, usando ao mesmo tempo uma das mais variadas formas de intimidação, e de manobras no sentido de levar avante os seus intentos.

Mas os trabalhadores da Applied foram desmascarando os intentos da administração. Assim na quinta-feira dia 18 de Julho realizaram mais uma assembleia de todos os trabalhadores na qual foram postas à votação três propostas tendentes a solucionar o problema criado pelos 116 despedimentos. Para na prática responder às calúnias da Administração que acusava a Comissão dos Trabalhadores de exercer influências sobre o resto dos

diar os camaradas despedidos, de todos os outros trabalhadores. Piquetes no fim de semana. Contacto com outras comissões para apresentar o problema ao Governo. Manifestação a realizar na semana seguinte.

**Terceira proposta:** Redução para 32 horas semanais. Redução do ordenado em 27%. Experiência de três meses para possível continuação da fábrica. Manutenção deste regime durante 6 a 9 meses. Nenhuma garantia da continuação da fábrica nem de emprego para todo o pessoal.

O resultado da votação foi o seguinte: *Proposta da administração 20 votos; proposta da Comissão 443 votos; terceira proposta 8 votos; 29 abstenções.*

Deste modo os trabalhadores da Applied demonstram sem equívocos a sua vontade de continuar a luta contra os despedimentos arbitrários e as intimidações da administração.

Na última segunda-feira a Comissão dos Trabalhadores teve mais uma reunião no Ministério do Trabalho no sentido de mais uma vez tentar demover a administração dos seus intentos. Tal não se

outros trabalhadores da empresa. Logo a seguir o administrador mandou um telex confirmando o não pagamento. A indignação apoderou-se de todos os trabalhadores. Os cheques que já estavam feitos para pagar aos trabalhadores tinham desaparecido! Que se tinha passado?

Apesar de toda a vigilância exercida em permanência pelos piquetes de trabalhadores sobre as instalações, estes descuraram um aspecto: o da vigilância dos poucos mais de 20 trabalhadores dos escritórios que desde o início da ocupação se manifestaram sempre contra os trabalhadores em luta e a favor da administração americana. Foram estes trabalhadores que, numa atitude traçoira em relação aos seus camaradas, e de servil obediência às ordens do patronato, levaram ao administrador instalado no Hotel Sheraton os cheques que se encontravam já na fábrica, iludindo a vigilância dos piquetes. Deste modo os trabalhadores da Applied encontravam-se na terça-feira impossibilitados de receber os seus salários.

A comprovar a suspeita de que todo este processo faz parte de um

plano deliberado do capital americano, no sentido de defender os seus interesses passando por cima dos interesses dos trabalhadores, está o facto de no fim da manhã do mesmo dia se ter recebido na Applied um telex dos E. U., proveniente da Administração da Applied Corporation, dizendo que a empresa não se responsabiliza por quaisquer pagamentos, com o pretexto de que "a Applied Magnetics é uma empresa portuguesa que apenas mantém com a Applied Corporation relações comerciais".

Os trabalhadores da Applied, confrontados com mais esta manobra intimidatória da Administração e sentindo agora mais claramente ainda todo o peso da exploração capitalista a que são sujeitos por parte do capital americano, reuniram imediatamente em assembleia geral, tendo decidido repudiar firmemente a nova situação criada, manter-se nos locais de trabalho reforçando a sua vigilância e enviar a comissão aos ministérios do Trabalho e da Cordenação Económica para aí comunicar o que se estava a passar. Durante todo o dia a *totalidade dos trabalhadores da Applied se manteve ocupando a fábrica*; entretanto as diligências efectuadas pelo Ministério do Trabalho não conseguiram obter a presença do administrador perante os trabalhadores; ficou combinada uma reunião a efectuar na quarta-feira

Continua pág. 6

## G.I.L.: OS TRABALHADORES MANTÊM UMA POSIÇÃO FIRME

A multinacional General Instrument Lusitana (GIL) com laboração em Arruda dos Vinhos desde há sete anos é pertença da gigantesca yankee General Instrument Corporation.

Portugal sempre foi — e continua a ser — o paraíso para a implantação de empresas estrangeiras no nosso solo onde sempre obtiveram lucros chorudos através da mais desenfreada exploração dos trabalhadores portugueses. Neste momento em que a classe operária se organiza e luta contra essa mesma exploração, os capitalistas tudo fazem para não abdicarem dos lucros fáceis a que estavam habituados. Desde as ameaças de despedimento individual ou colectivo até às ameaças de fecharem as fábricas o patronato recorre a todas as medidas para tentar intimidar os trabalhadores. Mas passando das ameaças recorrer à efectivação das mesmas. É assim que na GIL decorre um processo para despedimento de 175 trabalhadores.

Na GIL trabalham actualmente cerca de 800 trabalhadores, sendo 600 mulheres e 200 homens de idades compreendidas entre os 15 e 50 anos. O salário médio de uma operadora de linha é de 5000 mensais.

Em Maio foi eleita pelos operários uma Comissão formada por 12 elementos.

Desde que os trabalhadores tiveram conhecimento dos interesses facinoras do patronato em pretender despedir 175 camaradas, têm mantido uma posição de repúdio e firmemente dizem *não aos despedimentos*. Os trabalhadores sabem que essa lista elaborada pela Administração foi enviada ao INTP de Vila Franca de Xira, mas também não querem tomar conhecimento dos nomes visados na sequência da sua oposição aos despedimentos.

As famigeradas manobras da Administração em dizer que não pode continuar a suportar esses 175 operários são desmentidas pelos lucros fabulosos que têm obtido: 24 mil contos há dois anos e 29 mil no ano passado. Os trabalhadores estão conscientes do facto e um elemento da Comissão afirma-nos resolutamente: "Se a companhia teve no ano anterior 29 mil contos de lucros também pode suportar a tal crise. Quando precisam de muito pessoal metem muito, quando não precisam despedem-nos. Ora, isto é uma posição que contrariamos e não aceitamos, porque quando se aceitam operários assume-se a responsabilidade e quando aparece a crise é a Administração que terá de resolver o problema e ser ela a encontrar trabalho porque os trabalhadores estão cá para trabalhar."

E mais: a nossa posição é firme contra os despedimentos. E se necessário for os 600 e tal trabalhadores que não estão despedidos estão dispostos a subsidiar até quando for necessário os outros colegas para em conjunto enfrentarmos a situação".

Continua pág. 7



O entusiasmo dos trabalhadores da Applied em frente ao Ministério do Trabalho ainda antes da decepção final

trabalhadores esta decidiu optar nesta assembleia pelo voto secreto, convidando para estarem presentes durante a votação o presidente do Sindicato dos Eléctricistas, Delegados do Ministério do Trabalho, e o próprio Administrador.

Na presença de todos elementos votaram os trabalhadores as três propostas que em seguida se resumem:

**Proposta da Administração:** Demissão da Comissão e suspensão dos seus elementos. 44 horas semanais. Um só turno de trabalho o mais rapidamente possível (o que implicaria uma diminuição do salário de muitos dos trabalhadores). Saneamento sem efeito. Despedimento das 116 operárias das memórias. Aumento de produtividade e eficiência. Nenhuma garantia de contribuição da fábrica nem de emprego para todo o pessoal.

**Proposta da Comissão:** Recusa dos 116 despedimentos. 40 horas semanais. Contribuição para subsi-

conseguiu e ainda por cima o administrador deixou a sua casa de Cascais refugiando-se no Hotel Sheraton em Lisboa, verdadeiro covil da ITT. Foi daí que na manhã do dia 23 o Sr. Fraser telefonou aos trabalhadores anunciando a falência da empresa. Mas vejamos mais em pormenor como procedeu o representante do capital americano em mais esta suja manobra. Na véspera, segunda-feira 22, dirigiu-se o administrador ao Ministério das Finanças pedindo "ajuda financeira" para a empresa. Esta sua manobra não teve efeitos, mas permitiu-lhe ter mais uma justificação para fazer a manobra final, que planeava para o dia seguinte.

Na terça-feira de manhã, dia normal de pagamento de salários, os trabalhadores recebem um telefonema do administrador comunicando não haver dinheiro para pagar a ninguém — nem às 116 operárias despedidas, o que já era habitual, nem a nenhum dos

## GIL: Os trabalhadores mantêm uma posição firme e de repúdio contra os despedimentos

### TOTAL DE VOTANTES — 698

1.<sup>a</sup> — Qual a tua opinião quanto aos despedimentos? Concordas que se deixem despedir 173 colegas?

Responderam: NÃO — 685 pessoas — 98,2%  
SIM — 12 pessoas — 1,8%  
ABSTENÇÃO — 1 pessoa — 0%

2.<sup>a</sup> — Estás disposto a sacrificar-te pelos colegas em todas e quaisquer circunstâncias?

Responderam: NÃO — 22 pessoas — 3,3%  
SIM — 671 pessoas — 96,7%  
ABSTENÇÃO — 5 pessoas — 0%

3.<sup>a</sup> — Se depois de goradas as negociações com a administração, tivermos de actuar com medidas drásticas que poderão afectar o teu futuro, concordas?

Responderam: NÃO — 38 pessoas — 5,8%  
SIM — 652 pessoas — 94,2%  
ABSTENÇÃO — 8 pessoas — 0%

4.<sup>a</sup> — Supões que serão estes os únicos a serem despedidos? (Num futuro próximo)

Responderam: NÃO — 672 pessoas — 97,5%  
SIM — 17 pessoas — 2,5%  
ABSTENÇÃO — 2 pessoas — 0%

5.<sup>a</sup> — Pensas que a comissão está a actuar segundo a vontade dos trabalhadores?

Responderam: NÃO — 11 pessoas — 1,6%  
SIM — 683 pessoas — 98,4%  
ABSTENÇÃO — 4 pessoas — 0%

A COMISSÃO

# A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES



# TRABALHADORES EM LUTA

## CHARMINHA:

### Fabricamos e vendemos



Fundada há dois anos, a CHARMINHA, LDA. é uma empresa de confecções com instalações na Pontinha que emprega cerca de 95 pessoas, a maioria das quais operárias.

Esta fábrica é propriedade de um grande grupo internacional, a **fm hammerle**, de capitais suíços e alemães, que possui mais de 20 fábricas espalhadas por vários países. Como é hábito das grandes empresas de capital internacional a **fm hammerle** ao instalar-se em Portugal procurava simplesmente um lucro fácil através da exploração sem limites de uma mão-de-obra "dócil" e através duma política tendente a exportar a quase totalidade dos lucros para o país onde a empresa-mãe tem a sua sede.

No caso concreto da fábrica da Pontinha, desde sempre a administração exerceu uma severa repressão sobre o conjunto das operárias. Um administrador austríaco, insolente, neurótico, conseguia a proeza de despedir mais de 200 operárias por ano numa fábrica que nunca empregou mais de 110 operárias. Por outro lado a **fm hammerle** nunca esteve interessada em que a fábrica da Pontinha tivesse lucros: os lucros não ficavam cá, mas sim directamente na empresa mãe. Para isso a administração da Charminha importava matéria-prima a um preço superior ao da matéria-prima da mesma qualidade à venda em Portugal, exportando depois o produto (calças, saias, blusas, etc.) a um preço igual ao mesmo inferior ao do seu custo. Assim a Charminha não tinha praticamente lucros: estes eram capitalizados no estrangeiro pelas outras empresas do grupo por meio do mecanismo de pagamento da matéria-prima da Charminha. 75% da produção da Charminha destinavam-se à exportação, não interessava à administração aumentar o volume de vendas em Portugal, que todos os anos era arbitrariamente fixado sem atender às necessidades do mercado nacional. Por intermédio destas manobras a Charminha não

tinha com efeito grandes lucros — isso permitia à **fm hammerle** ameaçar a todo o momento com o encerramento da fábrica e agitar o espantinho dos despedimentos e da falência para tentar intimidar as operárias da Charminha e poder tranquilamente continuar a desenfreada exploração a que as vinha submetendo desde o início de laboração da fábrica.

Como seria de esperar de um patronato tão reaccionário como o da **fm hammerle**, após o 25 de Abril concretizou-se a ameaça: as operárias reunidas em assembleia geral formularam várias reivindicações salariais e outras, e pediram o imediato saneamento do administrador austríaco. No dia 24 de Maio este, recusando completamente o diálogo com os trabalhadores, fugiu para a Áustria deixando um cheque sem cobertura para pagar os ordenados e salários do mês de Maio. Mas o administrador austríaco não deixou, antes de sair do país, de fazer uma tentativa no sentido de impedir os empregados de escritório, que tinham mais ou menos aderido às reivindicações das operárias, de entrar na fábrica.

Perante esta atitude da administração as operárias reagiram firmemente, tendo decidido em assembleia geral ocupar as instalações da Charminha, continuar a fabricar o produto e organizar a sua venda no sentido de arranjar dinheiro para pagar os salários e ordenados a todos os trabalhadores da empresa.

Ao mesmo tempo uma comissão eleita de 7 trabalhadores representativos dos vários sectores da fábrica iniciou contactos junto de várias entidades no sentido de encontrar uma solução para o problema. No Ministério do Trabalho foi-lhes repetidamente dito que o assunto estava em estudo, tendo inclusivamente o "processo" da Charminha desaparecido por várias vezes. Na Intersindical foi dito às operárias que o problema ia ser posto à consideração do Governo. A comissão dirigiu-se também aos vários sindicatos nos quais estão inscritos os trabalhadores da Charminha (sin-

dicato dos empregados de escritório, das costureiras, dos caixeiros e dos armazenistas). Na opinião das operárias estes sindicatos demonstraram boa-vontade mas nada mais fizeram do que isso. "Eles lutam por ideias políticas e não nos dão apoio concreto", afirmou-nos uma das trabalhadoras da Charminha.

Mas as operárias e trabalhadoras da Charminha sabem perfeitamente que não se pode viver de boas-vontades. Por isso, desde o início, elas se organizaram para fabricar e vender o produto do seu trabalho. As roupas fabricadas na Charminha têm sido vendidas directamente ao público e em certos locais como por exemplo no hospital de Santa Maria, em fábricas, em ministérios, etc. Com o dinheiro das vendas os trabalhadores conseguiram até agora pagar os salários de Maio deixados em atraso pela administração e os sa-

Continuação pág. 6

## SOGANTAL: O PROCESSO CONTINUA

Por unanimidade as 50 operárias desta empresa de capital francês apresentaram à entidade patronal no dia 29 de Maio um caderno reivindicativo, o que provocou todo um processo que se tem desenrolado e evoluído durante todo este tempo.

Com uma recusa frontal por parte da entidade patronal em satisfazer a maior parte das justas reivindicações apresentadas pelas operárias, estas entram em greve com ocupação permanente das instalações; mais tarde o representante do capital francês em Portugal abandona as instalações. Perante esta situação as operárias recomeçam a laboração num processo de autogestão, sendo as próprias operárias — por vezes, auxiliadas por pessoas exteriores à fábrica e solidárias com a sua luta — a venderem o proveito do seu trabalho.

Para nos inteirmos da situação existente conversámos com algumas operárias da Sogantal que começaram por nos dizer:

"Toda a venda tem sido feita directamente ao público. As casas comerciais não nos compram os fatos porque exigem uma autorização jurídica, mas como não a temos não nos compram. De qualquer modo temos sido bem aceites, mas naturalmente que ao fim de tanto tempo as vendas começam a diminuir porque quase não saímos da região de Lisboa e o mercado começa a saturar-se.

Já estivemos no Porto onde também houve uma boa aceitação."

Através da condução da fábrica pelas próprias operárias o que é um exemplo vivo da organização e da unidade da classe operária não mais existem lucros chorudos para aqueles que nada fazem e tudo recebem. O fruto da força de trabalho de 50 operárias que até há bem pouco tempo era património do patrão, agora são as próprias operárias a gerir. "A receita que

Continua pág. 6

## GULBENKIAN:

### CULTURA PARA O POVO?! NÃO, SÓ UM BOCADINHO...

O que é a Fundação Gulbenkian? Uma instituição ou uma empresa? A resposta a esta pergunta tem constituído desde há muito um motivo de controvérsia dentro da Fundação. Antes do 25 de Abril os trabalhadores viram recusada a possibilidade de negociar com o Conselho de Administração um Contrato Colectivo de Trabalho. O Conselho de Administração argumentava dizendo que, não sendo a Fundação uma empresa, não prosseguindo ela fins económicos, não podia em consequência negociar um CCT.

Ora a verdade é bem diferente. Não será a Fundação uma organização eminentemente mercantil? Não vai ela buscar os seus fundos a actividades exclusivamente mercantis? Toda a gente sabe que o dinheiro da Fundação vem dos rendimentos da extracção do petróleo, e da propriedade e gestão de importantes carteiras de títulos de grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais. Pode imaginar-se uma maior integração dentro do contexto da sociedade capitalista? Aliás a Fundação é uma instituição cujas características — mecenato — só são possíveis, só se justificam em sociedade capitalista. E a própria "cultura", que é o objectivo da Fundação, não será ela também um produto, uma mercadoria diferente a ser vendida — ou dada por um mecenato — em sociedade capitalista? E com que objectivos?

Eis algumas das questões a que os trabalhadores da Gulbenkian — pouco mais de 1130 efectivos — têm procurado dar respostas desde

contra o imperialismo americano e os seus agentes sionistas no Médio-Oriente decidiram congelar os rendimentos do petróleo que cabiam até aí à Fundação, porque esta, seguindo uma linha de actualização já tradicional, não foi capaz de adoptar uma atitude de neutralidade perante o facto de o governo de Marcelo Caetano estar a ajudar o esforço de guerra do imperialismo norte-americano, pondo à disposição da força aérea americana a base das Lajes para o transporte de armas, munições e mercenários para Israel.

No interior da Fundação, como seria de esperar, as coisas não se passavam de modo diferente. As pessoas ignoravam-se, não se conheciam. Trabalhadores com as mesmas funções eram remunerados de modo diferente. Os horários de trabalho variavam de pessoa para pessoa. Uma hierarquia muito vincada mantinha à cabeça de certos sectores ou serviços pessoas frequentemente ligadas ao regime fascista. Os trabalhadores não podiam intervir na definição dos objectivos ou da política da Fundação. O 25 de Abril marcou o ponto de partida de um processo de luta dos trabalhadores da Gulbenkian, em que estas e outras coisas começaram a ser discutidas, contestadas, ultrapassadas.

Desde o início de Maio os trabalhadores constituíram órgãos de consulta dentro de cada sector da Fundação, e após um tempo de recolha de informações e de propostas, conseguiram efectuar a compilação de todo o trabalho realizado nos diversos sectores, libertando-o dos particularismos ine-



sempre, mas muito particularmente desde o 25 de Abril.

É conhecida de toda a gente a cumplicidade que a Administração da Fundação sempre mostrou em relação ao poder antes do 25 de Abril. Esta cumplicidade estava patente não só no simples facto de que a Fundação exerceu um papel supletivo do Governo em variados campos de actividade, remediando desse modo carências que apesar disso se tornavam manifestas; ela esteve patente ainda muitas vezes sob a forma de colaboração clara entre os governos fascistas e a administração da Fundação; ainda no final do ano passado os países árabes em luta

rentes a cada sector. Desse modo foi possível iniciar um longo processo de discussão, em Assembleias Gerais de Trabalhadores, do qual foram nascendo os principais pontos de um conjunto de reivindicações do conjunto dos trabalhadores da Fundação: a reestruturação da Fundação, o horário de trabalho igual para todos os trabalhadores, o saneamento, o problema dos salários, etc.

Em relação ao saneamento, problema de capital importância para os trabalhadores pois, além do mais, sem saneamento não será possível proceder à desejada reestruturação da Fundação, os traba-

Continua pág. 6

# É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES



## GULBENKIAN

Continuação pág. 5

lhadores decidiram exigir a imediata saída de 3 administradores: o embaixador Marcelo Matias, o dr. Vítor Sá Machado e o eng.º Guimarães Lobato. Isto sem prejuízo de ulteriores decisões dos trabalhadores.

No que diz respeito ao problema dos salários, os trabalhadores decidiram acabar com as grandes discriminações salariais existentes na Fundação, onde o leque de salários se estendia de menos de 2 contos até mais de 50 contos. Nesse sentido decidiram aumentar o salário mínimo, e congelar os salários mais elevados, e têm em estudo um projecto de indexação dos salários mais elevados em relação ao salário mínimo. Por outro lado decidiram-se por um aumento quantitativamente igual para todos, fazendo todavia a dedução dos aumentos já efectuados este ano (o que favorece os menos bem pagos, que tinham sido menos aumentados) e excluindo deste aumento os directores de serviço. Os trabalhadores decidiram também suprimir o relógio de ponto.

Todo este processo reivindicativo tem sido conduzido desde o início de Maio pela Assembleia Geral dos Trabalhadores, que elegu uma Comissão Executiva de 16 elementos (eleitos por maioria absoluta e representativos dos vários sectores) e a mandatou para prosseguir as negociações com o conselho de administração.

No decorrer do processo a administração, como é compre-

sível, começou a fazer pressão junto da Comissão dos Trabalhadores no sentido de não atender o ponto do saneamento. Uma Assembleia Geral de Trabalhadores convocada em consequência para o dia 18 de Julho pela Comissão, decidiu a greve total (incluindo as actividades artísticas) com ocupação das instalações.

Os trabalhadores da Gulbenkian encontram-se portanto em greve com ocupação das instalações desde o passado dia 18. Piquetes de trabalhadores asseguram em permanência a ocupação e o respeito da greve, ao mesmo tempo que defendem o património artístico da Fundação. E o objectivo prioritário desta luta é o saneamento.

Contactos havidos no Ministério do Trabalho não conduziram até agora a qualquer resultado conhecido dos trabalhadores. De modo que estes, decididos a continuar a sua justa luta, em nova Assembleia reunida na passada segunda-feira decidiram prosseguir a greve com ocupação até à recepção de resposta favorável do conselho de administração ou do Ministério. Entretanto, os trabalhadores reúnem-se praticamente em permanência para discutirem dos seus problemas e dos problemas da Fundação; deste modo lançam desde já as bases de uma futura participação nas decisões sobre a política da Fundação, e nesse sentido criaram já órgãos directivos colegiais no interior dos vários sectores.

## SOGANTAL: O PROCESSO CONTINUA

Continuação pág. 5

tivemos até hoje — explica-nos uma operária — já deu para pagar os salários equivalentes a dois meses e já temos dinheiro para pagar a quinzena que está a terminar”.

Como se sabe todo o pessoal está despedido e a fábrica deve encerrar oficialmente no próximo dia 30, mas as operárias mantêm uma posição firme e justa e afirmam: “A firma vai encerrar no dia 30 e vêm-nos dar as indemnizações, mas mesmo que o façam não aceitamos visto que queremos continuar a trabalhar e as indemnizações mais não servem do que para se viver durante 1 ou 2 meses. E depois?”

Mas não tiveram mais contactos com o patrão ou algum seu representante? — perguntámos.

“Já cá esteve um outro francês que veio na mira que abdicássemos de alguns pontos do nosso caderno reivindicativo mas não o fazemos. De qualquer modo pensamos que o patrão anda a ver se consegue continuar com a fábrica. No caso de as nossas reivindicações serem totalmente satisfeitas, exigimos que a encarregada seja posta na rua, mas claro que eles não estão de acordo”.

Como a Comissão das Trabalhadoras mais não é do que coordenadora, todas as operárias participam activamente na luta e para isso criaram três grupos de trabalho:

“Neste momento temos muito tempo livre e decidimos formar grupos:

1) Grupo dos Tempos Livres — este grupo já apresentou slides sobre aspectos da guerra colonial e do colonialismo. Brevemente vamos apresentar um filme também sobre a guerra colonial onde se poderão ver aspectos da guerra colonial, dos movimentos de libertação. Temos feito debates sobre estas questões

referentes ao colonialismo e outras de natureza política que antes do 25 de Abril não tínhamos a possibilidade de saber porque não podíamos abrir o bico.

2) Grupo do Jornal de Parede — através deste processo todas as operárias podem apresentar notícias e comentários que interessam a todas nós.

3) Grupo do Jornal da Sogantal — já foi publicado o 1.º número e o 2.º está para breve. Através do jornal damos a conhecer as lutas de outros operários e de outras questões que nos dizem respeito.

Há outro aspecto que convém referir: para que todas as operárias se intelem e adquiram prática de luta e para que as pessoas possam ver que a responsabilidade não é só da Comissão mas de todas as operárias, decidimos que o trabalho no escritório é rotativo. Assim, cada dia vêm três operárias para o escritório”.

As férias são um justo direito de todos os trabalhadores e ao fim de alguns meses de luta árdua esse direito ainda se torna mais necessário e as operárias da Sogantal dentro em breve vão usufruir desse direito. Pensam que, pelos conditionalismos actuais derivados da luta, a fábrica não deve fechar e para que tal não aconteça vão-se dividir em dois turnos.

Para evitar que a entidade patronal pudesse retirar o material que está em stock, as operárias fizeram piquetes durante dois meses “mas com todos estes problemas — explicam-nos — as operárias estavam cansadas e chegou-se a um ponto de se trabalhar de dia e fazer piquete de noite. Para que esta situação indesejável não continuasse resolvemos pagar a um guarda da nossa confiança que também já cá trabalhou.

## CHARMINHA

Continuação pág. 5

lários correspondentes a todo o tempo em que a fábrica tem trabalho ocupada pelos trabalhadores. Os patrões pagavam salários de miséria, ganhando muitas operárias cerca de 2200\$00 por mês. Embora considerando irrisório o salário mínimo fixado pelo governo, os trabalhadores aumentaram todos os salários inferiores a 3300\$00 para essa quantia, tendo por outro lado suprimido todos os prémios, horas extraordinárias, etc., com que a administração procurava dividir as operárias.

Neste momento as operárias da Charminha continuam a ocupar a fábrica, a fabricar, a vender, e a receber os seus salários, e têm perfeita consciência de que não precisam dos patrões alemães nem do administrador austríaco para continuarem a manter a fábrica em laboração. Possuindo matéria-prima que lhes dá para trabalharem até ao mês de Outubro, as operárias da Charminha estão decididas a continuar a sua luta, e já têm planos para isso. Em assembleia geral as operárias aprovaram por 95% a formação de uma cooperativa de produção em que todos os trabalhadores da Charminha entrariam com uma quota igual; essa cooperativa de todos os trabalhadores da Charminha compraria toda a matéria-prima e organizaria a venda dos produtos da fábrica. O dinheiro apurado serviria para pagar os salários, e os lucros eventuais seriam divididos igualmente por todos os trabalhadores no fim

lhadores da Charminha serem mulheres), etc. Assim as operárias e trabalhadores da Charminha realizam na prática um dos princípios básicos da sociedade socialista: a apropriação das riquezas por aqueles que as produzem. “Temos consciência das dificuldades de uma iniciativa deste género dentro de uma sociedade capitalista. Mas desde que haja matéria-prima estamos suficientemente organizadas para podermos dirigir isto sem necessidade de patrões, nem de administradores”, disse-nos um elemento da comissão.

Embora tenham efectuado contactos com entidades oficiais e tenham mesmo tentado negociar directamente com a fm hammerle, as operárias da Charminha têm consciência de que a resolução dos seus problemas terá de ser encontrada por elas próprias. Problemas deste tipo são insolúveis dentro do contexto de uma sociedade capitalista como é a nossa, dominada pela penetração do imperialismo. Um Governo que defende os interesses do capital, como é o caso do Governo Provisório em que participam os partidos reformistas PC e PS, não pode nem está interessado em encontrar uma solução do interesse dos trabalhadores, pois para isso seria obrigado a tocar no capital estrangeiro, o que além do mais lhe faria perder todo o crédito perante os capitalistas estrangeiros interessados em investir no nosso país. Disso têm consciência as operárias da Charminha, e têm-no mostrado organizando-se na luta pelos seus interesses de classe, contra a exploração capitalista.

Apoiamos inteiramente a luta das operárias da Charminha e

Com o esforço de todos os trabalhadores da Charminha (Fábrica, Escritório, Vendedores, Armazém, Técnicos, etc.), conseguimos durante o mês de Junho o seguinte:

Venda ao comércio — 183 272\$40.

Venda ao público — 328 570\$50.

Cobranças — 37 840\$60.

Venda ao pessoal — 109 206\$10.

Total recebido — 658 889\$60.

Com este dinheiro pagámos o seguinte:

Ajuda ao pessoal s/ ordenados e salários não pagos pela firma — 614 208\$00.

Luz, telefone e água — 7587\$40.

Despesas de venda e gasolina — 8250\$50.

Vários — 4133\$90.

Sentimo-nos orgulhosos deste êxito conseguido com o nosso trabalho e estamos prontos a continuar no mês de Julho aumentando a produção e vendas.

A Comissão Administrativa  
Os Delegados do Pessoal

do ano, depois de deduzida uma parte para actividades culturais, para uma creche (de primeira necessidade visto 88 dos 95 traba-

Como medida de segurança todas as fechaduras e cadeados foram mudados.”

Fatos de treino num país essencialmente não desportista como é o nosso, é uma mercadoria que provoca o saturamento do mercado e consequentemente difícil esgotamento. Tendo consciência deste facto as operárias pensam mudar de ramo. Para isso precisam para já de uma máquina de corte. Pensam confeccionar artigos que tenham maior aceitação no mercado como, por exemplo, as calças, camisas e blusas, etc.

Momentaneamente para ultrapassarem a saturação do mercado na região de Lisboa as operárias da Sogantal pensam que é possível trocar o material que fabricam por material fabricado por outras camaradas que também estejam em luta ou venham a estar. Concretamente já têm contactos com camaradas de Coimbra para permuta dos respectivos artigos.

É um apelo vivo a todos os trabalhadores e uma barreira aos detentores do capital.

daqui lançamos um apelo a todos os operários e trabalhadores, a todos os revolucionários, para que apoiem esta justa luta, divulgando-a, enviando apoio material, comprando às operárias as roupas que fabricam e sobretudo indicando-lhes locais onde possam efectuar-se vendas. Mais do que nunca neste período de férias, as operárias da Charminha em luta contra o capitalismo internacional necessitam do apoio de todos os trabalhadores, de todos os revolucionários. Pode entrar-se em contacto com a comissão dos trabalhadores, sobretudo para propor novos locais de venda, escrevendo para a Praça de S. Bartolomeu, Lote R/9, PONTINHA.

## APPLIED

Continuação pág. 5

às 9 horas da manhã no Ministério do Trabalho entre a Comissão e o Administrador. Entretanto, e porque conhecem aquilo de que é capaz o representante do capital americano e inclusivamente admitam a possibilidade de que o administrador fugisse durante a noite saindo eventualmente do país, os elementos da comissão decidiram formar piquetes de vigilância toda a noite à volta do Hotel Sheraton para impedir a fuga do Senhor Fraser.

Este recusou-se entretanto, já na quarta-feira de manhã, a comparecer no Ministério do Trabalho para a reunião marcada com a comissão dos trabalhadores. Só à tarde, por volta das 4 horas, o administrador americano consentiu enfim em dirigir-se ao Ministério. Os trabalhadores da Applied dirigiram-se então aí em manifestação, ostentando cartazes onde, a par das afirmações de recusa dos despedimentos, se podia ler: “Não à exploração do homem pelo homem”, “O suor tem mais força” ou “Abaixo a exploração capitalista”. Quando o administrador americano chegou ao Ministério o seu carro foi imediatamente cercado pelas operárias e operários da Applied, tendo sido necessária a intervenção de elementos do Ministério para que o senhor Fraser conseguisse entrar no edifício. Entretanto mantêm-se os piquetes de vigilância na fábrica em Sacavém, tendo os trabalhadores reforçado a vigilância na prevenção de quaisquer manobras da administração ou dos seus agentes.

Por volta das 6 horas, as negociações no Ministério ainda não tinham começado, aguardando os trabalhadores a presença do Ministro. Entretanto os trabalhadores presentes no exterior manifestaram-nos a sua firme determinação de não ceder diante das prepotências da administração americana.

Mas o que veio a verificar-se ilustra perfeitamente os métodos do administrador americano. O senhor Fraser recusou-se a falar com a comissão dos trabalhadores no Ministério do Trabalho, limitando-se a conversar com elementos do Ministério. E por volta das 22,30 o administrador saiu do Ministério para se enfiar num táxi. Vendo isso, os trabalhadores concentrados diante do edifício imediatamente cercaram o táxi impedindo-o de se deslocar, pois os elementos da comissão que se encontravam no Ministério ainda estavam à espera de poder falar com o americano. Os trabalhadores estavam firmemente decididos a não deixar o administrador fugir mais uma vez. Entretanto alguns elementos da comissão apareceram e puderam falar com o administrador preso no táxi, conseguindo ficar-lhe com o passaporte. Um elemento da comissão falou enfim à massa de trabalhadores que cercavam o táxi

Continua pág. 7

## CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Semestral	...	...	...	...	60\$00
Anual	...	...	...	...	120\$00

O pagamento deve ser feito no início da assinatura e enviado por cheque ou vale do correio para a nossa direcção provisória. Os pagamentos directos podem efectuar-se também na direcção provisória das 18 às 20 horas.



# Que cooperativismo?

Porquê a Cooperativa Agrícola de Vouzela

despediu sem causa 16 operários?

No nosso país existem sob o nome de cooperativas, associações agrícolas e comerciais (cooperativas vinícolas, avícolas... etc.), que verdadeiramente só o são de nome. Isto porquê? Quando estas associações traduzem somente uma forma de defesa económica em que pequenos produtores agrupados se transformam através dessa associação num único produtor — cooperativa — não exprimindo uma forma activa de associativismo, em que todos são trabalhadores, em que todos são participantes na orientação da produção, recebendo por conseguinte uma quota parte dos lucros, origina então, relações de exploração capitalista entre esses associados e os trabalhadores que mantêm a cooperativa em funcionamento — são eles, os operários, empregados de escritório, motoristas... etc.

O problema está, em que estas cooperativas, têm somente como função principal, a defesa dos interesses (apropriação de maiores lucros) de alguns produtores (grandes e pequenos) para melhor concorrerem com as outras empresas do ramo, sejam elas cooperativas ou não.

Estas cooperativas não pretendem pôr em causa o sistema capitalista, não abolindo portanto as relações de exploração capitalista. Aqui, os operários, os empregados de escritório, os motoristas... etc., são explorados por intermédio de salários baixos, na não comparticipação na gestão e nos lucros da cooperativa a fim de que esta possa através desses salários baixos, concorrer com o mercado capitalista.

A comprovarmos estas relações de exploração, aconteceu terem sido despedidos sem justa causa, 16 operários pela Cooperativa Agrícola de Vouzela no dia 8/7/74, somente por motivo da entrada em vigor do salário mínimo que estes nem por sombra auferiam.

Esta cooperativa, pagava aos operários que tratavam das galinhas 200 hora. Um verdadeiro salário de miséria, de exploração desenfreada. Acontece também que esta, estando a tentar reduzir um déficit de milhares de contos, por motivos de uma péssima gestão que uma direcção anterior imprimiu e de que os operários não têm culpa, procura agora, desenfreadamente, reduzir esse déficit, usando todos os processos de exploração.

Ora o salário mínimo exigido pela lei para estes operários, é actualmente de 1500 hora (portanto mais do dobro que estes anteriormente auferiam) o que

obriga a direcção a despedir estes 16 operários para fazer face à concorrência das outras cooperativas ou empresas similares. Para assim continuar a auferir grandes lucros, e reduzir rapidamente o seu déficit.

Não podendo estes trabalhadores, participar na orientação da produção, não lhes sendo concedida participação nos lucros, sendo-lhes somente dado um salário de miséria muito áquem do já famoso — de miséria também — salário mínimo nacional, conclui-se que estes, e todos os restantes trabalhadores de este tipo de "cooperativas", são escandalosamente explorados com vista a permitir-lhes chorudos aos produtores associados, que se comportam com os mais reles capitalistas.

Não podemos deixar de informar que a cooperativa em questão "Agrícola de Vouzela" é dirigida por um conhecido democrata e técnico de cooperativismo agrícola, o advogado António Bica (1), o qual está indigitado para Governador Civil de Viseu.

Sendo este senhor um democrata, porque é conivente com a direcção da Cooperativa no despedimento destes operários?

Que interesses o movem para proceder desta maneira, lançando para o desemprego de um dia para o outro operários, que não sendo qualificados, vão ter imensas dificuldades para encontrar outro emprego? Certamente que o senhor sabe não existir no concelho de Vouzela outra empresa de dimensão capaz de poder reempregar rapidamente os seus operários despedidos!

Que dirá o Comité Regional de Viseu do P.C.P. principalmente depois de ter publicado no jornal 25 de Abril desta cidade em 6/7/74 um comunicado, onde dizem que "os trabalhadores não devem aceitar o despedimento, devem-se apresentar ao trabalho e em acções colectivas com os seus companheiros, devem forçar os patrões a dar-lhe trabalho. Para isso devem realizar reuniões, concentrações, protestos vários, entrar em conjunto para o trabalho, requerer inspecções económicas... etc. Nos sindicatos devem organizar uma autêntica solidariedade de classe, realizando Assembleias Gerais, exposições e outras formas concretas de auxílio aos companheiros despedidos. Que não haja mais despedimentos, que sejam readmitidos todos os nossos companheiros."

Será que o P.C.P. só é comunista nas palavras, mas capitalista nos actos? Que partido

é este que se dizendo "como vanguarda da classe operária" é conivente em acções de despedimento, apoiando para Governador do distrito pessoas que despedem desta maneira operários.

**Alerta-se todos os trabalhadores para mais esta forma de exploração e tração.**

**Alertam-se os trabalhadores de que o cooperativismo só tem justificação de existir quando praticado dentro de um sistema de relações de produção (de trabalho) onde não existam patrões por um lado e trabalhadores do outro.**

O cooperativismo só é verdadeiro quando todos os trabalhadores possam livremente associarem-se e praticar as formas mais convenientes de produção, transformação e comercialização do seu produto, bem como poderem dividir os lucros entre si.

Isto quererá dizer que todos os trabalhadores da cooperativa (produtores, operários agrícolas, empregados de escritório, motoristas... etc.) devem ter plena participação na gestão desta, bem como na participação dos seus lucros.

Mas, para que esta luta se torne mais ampla, mais prática, é preciso que os produtores lutem conjuntamente com a classe operária, com os trabalhadores dos diferentes serviços — os trabalhadores das cidades — para que possam exigir com mais força, crédito bancário acessível, melhores máquinas, adubos, transportes... etc. Possam deste modo, fazer face à exploração desenfreada dos Bancos e dos armazéns e comerciantes mais gananciosos.

A participação prática dos camponeses, operários e outros trabalhadores nos diversos domínios da economia, permitirá libertá-los da dependência do crédito capitalista até que estes possam efectivamente possuir na sua mão o controle do Crédito de Estado.

Porque nessa altura, no Estado, estará o poder da classe trabalhadora.

**QUE A ALIANÇA DOS OPERÁRIOS E CAMPONESES SE REFORCE E SE ORGANIZE O O PODER À CLASSE OPERÁRIA.**

**QUE SE ORGANIZEM SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS.**

## UM COLABORADOR

(1) O Dr. António Bica tem publicados diversos livros sobre problemas agrícolas nomeadamente: A AGRICULTURA E A REFORMA AGRÁRIA — Edição da Cooperativa Agrícola de Lafões, VOUZELA; REFORMA AGRÁRIA — Editorial Inova — Col. Situações N.º 5 (a sair)

concentrada. Reinava viva indignação entre os trabalhadores que na grande maioria achavam que nunca se deveria ter deixado o administrador voltar ao hotel Sheraton. Muitos operários e operárias achavam que o que devia ter-se feito era levar o americano preso para a fábrica e guardá-lo lá até que ele cedesse à luta dos trabalhadores da Applied. "Desta vez a comissão esteve mal, eles nunca deviam ter deixado fugir o homem", disseram-nos várias operárias. Entre as operárias sobretudo, reinava um clima de grande decepção e de indignação pelo que se passara. Muitas delas choravam.

Na primeira página publicamos um entrevista com um dos trabalhadores presentes.

## APPLIED

Continuação pág. 6

pedindo-lhes que deixassem seguir o táxi com o senhor Fraser acompanhado por um elemento da comissão, pois que o passaporte dele estava em poder da comissão e esta obtivera do Ministério do Trabalho a garantia de que o administrador não seria autorizado a deixar o país. Foi a custo que os trabalhadores deixaram enfim o táxi sair da avenida de Roma com o americano e um elemento da comissão.

Pudemos assistir a todo este processo e auscultar no final a massa trabalhadora da Applied ali

LÊ, ASSINA  
E DIVULGA  
REVOLUÇÃO



## DESEMPREGO:

### PERNA COXA DO CAPITALISMO

O desemprego é uma realidade no actual momento. E realidade tanto mais significativa, quanto atinge largos milhares de trabalhadores do Norte ao Sul do País, dos mais diversos ramos, sendo os mais atingidos o sector têxtil, vestuário e calçado, metalurgia metalomecânica, construção civil, caixeiros, material eléctrico e electrónico.

O desemprego é um facto inerente ao modo de produção capitalista; a existência de um exército de reserva é uma necessidade do processo de acumulação capitalista, útil à burguesia como meio de exercer pressão sobre os salários e deste modo aumentar a massa de mais-valia. Existe nos outros países capitalistas da Europa, nos Estados Unidos, em Portugal, antes e agora. Só que actualmente com uma amplitude diferente.

Segundo dados oficiais fornecidos pelo Serviço Nacional de Emprego, o número de pedidos de emprego no fim do mês de Junho era de 44 420, enquanto o das ofertas totalizava 14 643. Ou seja, uma relação oferta/procura de emprego de 1 para 3.

Agravamento da situação relativamente ao mês anterior, pois segundo o referido serviço a procura de emprego teria aumentado em Junho de 49,3%, enquanto a oferta havia registado um decréscimo de — 4,1 em relação a Maio, mês em que se verificou uma quebra de 50% relativamente a Abril.

Efectivamente e com o beneplácito do Governo, o patronato recorre com uma frequência crescente em alguns casos ao encerramento de fábricas, noutros aos despedimentos em massa. Não é a falta de trabalho causa de tal situação, mas antes o desejo dos capitalistas não verem baixar os seus lucros. Com o objectivo de os manter e aumentar, não se coíbem de lançar numa situação de desemprego centenas de trabalhadores.

Citemos o recente caso da Applied Magnetics, empresa ligada ao capital norte-americano, onde se verificou o despedimento de cento e dezasseis empregados; e o desemprego em que se encontram na margem Sul quinze mil operários da construção civil. Exemplos que se poderiam multiplicar. Em muitos deles, a firme resistência dos trabalhadores, a demonstração de uma efectiva solidariedade entre os trabalhadores que se mantiveram ao serviço e os despedidos, levou as administrações a anularem as suas decisões. Assim e nalgumas empresas verificou-se o recurso à greve por parte de todos os que nela trabalhavam com ocupação de instalações, exigindo a imediata readmissão dos colegas despedidos; noutras a apresentação ao serviço dos trabalhadores despedidos, recusando deste modo aceitar uma ordem imposta pelo patronato.

Desmascarando pela prática o conteúdo profundamente desmobilizador e paternalista das palavras de ordem do P.C.P. "não aceitar os despedimentos, realizar reuniões, informar o M.F.A. e o Governo Provisório para que este tome as medidas necessárias para pôr fim ao desemprego", os trabalhadores de várias fábricas e empresas, têm demonstrado pelas formas de luta adoptadas que efectivamente não aceitam os despedimentos.

## GIL: OS TRABALHADORES MANTÊM UMA POSIÇÃO FIRME

Continuação pág. 4

A Comissão dos Trabalhadores tem feito diligências junto de diversas entidades oficiais para tentarem resolver o problema. Já contactaram a embaixada americana; enviaram telex para os quatro Administradores-Gerais nos EUA e mantêm contactos com os Ministérios do Trabalho e da Coordenação Económica.

A Comissão tem desenvolvido diversas actividades de carácter desportivo e social. Neste momento estão a elaborar um jornal e pensam, dentro em breve, tomar medidas para acabar com o analfabetismo dentro da empresa cujo índice é muito elevado.

Já por diversas vezes que os trabalhadores tinham manifestado a sua confiança nos colegas que elegeram para seus representantes. Recentemente a Comissão quis saber concretamente a disposição dos trabalhadores em continuarem a luta. Para isso elaboraram um inquérito que foi entregue a todos os trabalhadores na passada sexta-feira, dia 18, e a votação verificou-se na segunda-feira, dia 21, por escrutínio secreto. Publicamos os resultados desse inquérito que são irrefutáveis e que mostram a firmeza dos trabalhadores em continuarem a luta contra os 175 despedimentos cujos nomes não conhecem, nem querem conhecer.

## REVOLUÇÃO — UM NUMERO ESPECIAL EM AGOSTO

Para corresponder à boa aceitação que o nosso jornal tem tido entre os trabalhadores, o colectivo do jornal "REVOLUÇÃO" resolveu que a sua publicação durante o mês de Agosto não fosse semanal para desse modo permitir uma paragem que facilite um estudo das suas secções, do arranjo gráfico e de textos a sair.

Mas "REVOLUÇÃO" fornecerá leitura para Agosto aos seus leitores publicando um número especial.

Nesse número sairão entre outros os seguintes artigos e reportagens:

- Reportagem sobre os Hospitais Psiquiátricos.
- Entrevista com António Dias Cardoso — Dez anos no Tarrafal.
- Entrevista com militantes das Brigadas Revolucionárias — explicação sobre algumas acções.
- Balanço sobre as lutas dos trabalhadores.
- Reportagem sobre a vida no interior da guerrilha em Angola.



## Entrevista com a Organização Comunista Italiana

## «Avanguarda Operária»

— Qual é a vossa história, como organização?

— A organização comunista "Avanguarda Operária" nasceu nos fins do ano de 1968. Os camaradas que estimularam a formação desta organização provinham de experiências precedentes numa maneira geral vividas no interior do Partido Comunista Italiano, Sindicatos, digamos, da estrutura tradicional do movimento operário.

No primeiro período da organização tivemos como tarefas essenciais o da pesquisa e o da definição duma linha de massas para a intervenção concreta no vivo da luta de classes em Itália e nas contradições da sociedade italiana. A organização desenvolveu-se de princípio na região norte do país, principalmente em Milão. E o seu desenvolvimento ulterior foi, em grande parte, por fusões com organizações de origem similar. A organização teve um desenvolvimento muito amplo nos últimos 3 anos, no sentido de que foi a partir deste período que a organização começou a ter uma influência política geral. Consideramos ainda não termos atingido completamente o objectivo da construção de uma organização nacional, mas a sua audiência política começou a ultrapassar o meio de intervenção específica na qual estávamos presentes. E foi a partir desta época que a nossa imprensa melhorou. Assim, actualmente, temos uma revista quinzenal de carácter teórico-político, um jornal semanal, e já publicámos uma série de brochuras que são os cadernos "Avanguarda Operária" que visam uma série de problemas específicos.

O desenvolvimento da organização está ligado ao desenvolvimento da sua intervenção ao nível de massas. "Avanguarda Operária" é a organização que seguiu a constituição dos movimentos de comités de base, em Itália. A caracterização dos comités de base era complexa. Para nós, os comités de base não são uma organização alternativa dos sindicatos, quer dizer, não precediam a constituição dos nossos sindicatos. Os comités de base são organizações unitárias constituídas numa base de empresa, numa base territorial, numa base de escola e que unem toda uma série de quadros que não estando ainda com posições muito bem definidas em termos ideológicos, teóricos, são no entanto quadros que já encontraram certos elementos de unidade no campo anticapitalista, no campo anti-reformista, no campo duma linha de classe a desenvolver no sector no qual se encontra. Para nós, os comités de base são ao mesmo tempo uma primeira forma de escola do comunismo e, também, são formas de estimular o desenvolvimento da luta de classes a diferentes níveis. Actualmente há um movimento de comités de base em toda uma série de cidades industriais de Itália, principalmente Milão, Turim, Veneza, etc.

Estamos também a organizar a constituição dum Movimento Estudantil Nacional que terá no seu seio não só "Avanguarda Operária", mas também outras organizações que estão implicadas neste processo unitário: "Lotta Continua" e "Il Manifesto".

O critério que rege a vida da organização é o centralismo democrático, não concebido como solu-

ção formal de problemas orgânicos, mas sob o ponto de vista da sua substância política. Quer dizer, é uma organização que faz o máximo de esforços para desenvolver um nível muito amplo de debate político e o máximo de unidade na acção, no conjunto da organização.

— Mas qual é exactamente o vosso trabalho em comités de bairro e qual o objectivo do trabalho nesse sector?

— O nosso trabalho nos bairros visa essencialmente questões de opressão social, digamos sobre as questões que constituem a opressão social, à parte da exploração que se realiza nos diversos locais de trabalho. Os temas de luta são questões de habitação, os preços da habitação, as carências habitacionais. Em diversas cidades já estimulámos a ocupação de casas e, por vezes, greves dos preços de habitação. Há várias formas de luta que foram adoptadas na questão do alojamento. A par disto.

Há também problemas de transportes, problemas de serviço social, problemas escolares a nível de bairro e problemas de saúde. Quer dizer, todas as questões que constituem situações de opressão às quais são submetidas as massas proletárias.

E isto constitui um pouco o trabalho de bairro. E não só isto, porque a nível de bairro desenvolve-se uma grande actividade unitária, mas de carácter político mais geral, como por exemplo, a luta antifascista. Há campanhas políticas que são conduzidas a nível de bairro, mas em coordenação com outras campanhas nacionais.

— Qual é a vossa posição em relação à esquerda tradicional italiana?

— A esquerda tradicional italiana é dominada pelo reformismo, quer seja sob a forma específica do revisionismo, quer seja sob a forma do reformismo social-democrata. Mas, neste quadro reformista o papel hegemónico é, sem dúvida, representado pelos revisionistas do Partido Comunista Italiano. A nossa posição em relação ao Partido Comunista Italiano é uma posição de luta política e ideológica no sentido de demonstrar que o revisionismo é uma linha burguesa no interior do movimento operário. Lutamos contra o revisionismo dentro deste espírito e lutamos contra os revisionistas pelas consequências de tudo isto, pelo papel prático que os revisionistas têm na dinâmica da luta de classes no nosso país, como em qualquer parte do mundo. Isto enquanto que atitude geral, mas a questão importante, na nossa opinião, é a maneira de lutar contra o revisionismo.

Pensamos que a luta contra o revisionismo não deve ser apenas feita no campo de uma agitação ideológica contra o P.C.I. e contra o carácter traidor da orientação desse partido. Quer dizer, esta luta deve ser travada essencialmente no concreto da luta de classes que é vivida pelas massas proletárias e pelas massas populares em geral. Isto é, deve-se lutar no campo de objectivos e de soluções a dar no conflito da luta de classes. Por outro lado, mau grado todas as contradições que se desenvolvem, o reformismo e o revisionismo influenciam hoje a esmagadora maioria do movimento operário italiano. O P.C.I. é composto de

dezenas de milhar de proletários e isto significa que é preciso saber determinar e explorar as contradições entre revisionistas e massas proletárias; entre revisionistas e a sua base de influência; entre revisionistas e a sua base organizada. É desta maneira que nós concebemos a luta contra o revisionismo.

A nossa atitude em relação ao P.C.I. é uma atitude muito dura no campo da luta política e ideológica. Mas a nossa atitude em relação à organização comunista no seu conjunto não é sectária.

Somos nós que sobre toda uma série de campos tentamos estimular a unidade de acção. Por exemplo: a questão da luta anti-fascista. Lutamos pela dissolução do partido fascista o que não é aceite pela democracia cristã por razões que são claras e não é aceite pela burguesia como é evidente. Não é aceite pelo P.C.I. pela razão de que a sua estratégia é de colabo-

ração e de partilhação do poder com a democracia cristã. É a questão do compromisso histórico.

— Há possibilidade de unidade entre a esquerda revolucionária italiana?

— A esquerda revolucionária italiana é actualmente caracterizada por três organizações: "Avanguarda Operária", "Lotta Continua" e "Il Manifesto". Hoje, estas três organizações talvez tenham avançado parcialmente no campo da prática unitária, com bastante resistência, mas qualquer coisa se passou. Digo que qualquer coisa aconteceu, porque nós não perdemos nenhuma ocasião para tentar progredir neste processo, não numa base voluntarista, não numa base sem princípios, oportunista, mas na base da determinação de questões precisas, de objectivos de luta precisos no terreno definido mesmo no conteúdo de objectivos políticos definidos sobre os quais era possível, tendo em conta as

posições respectivas, realizar avanços reais.

Devo dizer que os nossos esforços nem sempre foram coroados de êxito.

— Vocês põem desde já o objectivo da revolução socialista em Itália?

— A revolução socialista não é um objectivo de um programa. É uma tarefa histórica, um objectivo histórico, um objectivo estratégico. Um objectivo que, na nossa opinião, não se realiza somente com a mudança do Estado burguês e do poder da burguesia. Claro que o nosso objectivo é a revolução socialista no sentido da destruição do Estado burguês e da instauração da ditadura do proletariado.

Mas há pessoas que pensam de uma forma diferente. Isto é, afirmam que é necessário atingir primeiramente uma etapa democrática estabilizada e que constitui uma passagem, enquanto que

Continua pág. 2

